



Itamaraty veta missão dos EUA

Para o governo Lula, americanos pretendiam desacreditar o sistema eleitoral

» EDUARDA ESPOSITO
» IAGO MAC CORD

O Ministério de Relações Exteriores (Itamaraty) negou os vistos para o subsecretário do Departamento de Estado para a Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Riley M. Barnes, e seu assistente Samuel Samson, ambos vinculados ao governo dos Estados Unidos, que viriam ao Brasil para discutir liberdade de expressão durante as eleições. O pedido ocorreu no mesmo período em que o candidato do PL à Presidência da, Flávio Bolsonaro, questionou a segurança e a credibilidade das urnas eletrônicas.

O Itamaraty recebeu os pedidos de liberação para os vistos em 20 de julho. O **Correio** apurou que a manifestação de Flávio acendeu a luz de alerta, levando ao veto aos representantes norte-americanos. Até o fechamento desta edição, a Embaixada dos EUA não havia emitido nota nem comunicado sobre a negativa.

Interlocutores do Itamaraty afirmam que a chegada dos funcionários para discutir liberdade de expressão durante as eleições de outubro coincidiu com a sequência do episódio recente de questionamento do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro durante encontro com diplomatas estrangeiros.

Reações

Em discurso durante a convenção estadual do PT de São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que quem tentar interferir nas eleições em outubro vai “apanhar muito”.

Ed Alves/CB/D.A Press



Os diplomatas americanos solicitaram os vistos, após dúvidas levantadas por Flávio Bolsonaro

“E que não venha ninguém de fora querer meter o dedo nas nossas eleições. [...] quem quiser de fora se meter nas eleições brasileiras vão apanhar muito aqui nas eleições. Quem vai decidir o destino desse país são 157 milhões de eleitores”, disse Lula.

A reação dele ocorreu após o jornal americano *The Washington Post* publicar que dois integrantes do governo Donald Trump viriam ao Brasil questionar o sistema eleitoral brasileiro e a negativa dos vistos pelo Itamaraty.

Imbróglgio

No dia 22, Flávio Bolsonaro se reuniu com representantes de 40 embaixadas e levantou dúvidas sobre a empresa das urnas eletrônicas, a Smartmatic. Segundo ele, citada em suspeitas de fraudes

eleitorais na Venezuela. Tal informação foi desmentida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“E uma das suspeitas é que uma empresa chamada Smartmatic, de origem venezuelana, uma das suspeitas é que tenha havido uma programação para alteração das votações naquele país. As eleições sobre suspeitas que são citadas nos relatórios da CIA são as de 2012”, disse o parlamentar aos estrangeiros. “Muitas dessas máquinas que são utilizadas nas eleições brasileiras são da mesma empresa venezuelana.”

Flávio relembrou a reunião, em 2022, quando seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, reuniu embaixadores no Palácio da Alvorada e apresentou questionamentos sobre as urnas.

“Há poucos dias, por coincidência,

há uma denúncia por parte do governo americano de suspeitas de fraudes em processos eleitorais e eletrônicos, em especial na Venezuela. Inclusive, utilizando uma documentação do próprio Serviço de Inteligência americano, a CIA, apontando sobre a possibilidade de vulnerabilidade do sistema eletrônico de votação”, afirmou o pré-candidato.

Flávio negou que tenha duvidado da segurança das urnas eletrônicas. “Não estou questionando o sistema de votação brasileiro, mas que todos os países possam mandar a maior quantidade de observadores possíveis para as nossas eleições, como sempre fazem, e também pessoas que tenham conhecimento sobre essa tecnologia e como o Brasil pode ter eleições mais seguras e transparentes.”

envolvida”, enfatizou.

A ação do Itamaraty se alinha a uma diplomacia preventiva para impedir que observadores imbuídos de pré-julgamentos políticos elaborem relatórios críticos infundados antes do pleito, resguardando a paz social em um momento de acentuada divisão interna.

“Em um momento em que estamos em ebulição social, com uma dicotomia entre a sociedade de esquerda e de direita, existe a possibilidade de acontecer uma revolta popular por conta desse discurso inflado, e o Itamaraty atua para que observadores não venham contaminados para inflar ainda mais um dos lados”, destacou Priscila.

A relação entre os países é caracterizada por divergências profundas, com o Brasil sendo visto por setores do Departamento de Estado americano, como um polo de resistência que recusa o alinhamento cego às pretensões de influência de Washington na América Latina.(IMC)

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Funcionamento das urnas será tema de mais uma reunião em agosto

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Quando a distopia de Trump vai muito além do gênero literário

“Estamos vivendo uma distopia”, comentou um velho amigo radicado há décadas nos Estados Unidos, casado com uma norte-americana, com quem tem um casal de filhos. Pesa em sua avaliação o fato de que os imigrantes latinos são perseguidos nas ruas por agentes federais que atuam como uma verdadeira milícia patrocinada pelo presidente Donald Trump. mascarados e fortemente armados, eles abordam trabalhadores, cercam bairros, invadem locais de trabalho e detêm pessoas com base na aparência, no sotaque ou na suspeita de situação migratória irregular. Práticas características do fascismo agora fazem parte do cotidiano da sociedade.

Por causa da conversa com meu amigo, aguardo a chegada às livrarias de *Tomara que você seja deportado: uma viagem pela distopia americana*, do jornalista Jamil Chade cujo lançamento será em agosto. Com prefácio do cineasta Walter Salles, o livro mostra o esgarçamento da democracia nos Estados Unidos entre a campanha eleitoral de 2024 e o início do segundo governo Trump. Chade percorre os lugares onde se espalham o medo, o rancor, a pobreza e a ilusão, de Manhattan à fronteira mexicana, do Madison Square Garden aos abrigos destinados aos deportados.

O resultado é um ensaio jornalístico sobre como as democracias podem sucumbir. A força do livro decorre de sua materialidade. Os fatos aconteceram. As pessoas perseguidas têm nome, família, emprego e endereço. Os agentes que as detêm pertencem ao Estado. As ordens partem da Casa Branca. Os recursos são aprovados pelo Congresso. As deportações aparecem nas estatísticas oficiais, enquanto as ameaças contra universidades, professores, minorias e servidores públicos se transformam em decretos, normas administrativas e decisões orçamentárias. E inibem as denúncias e protestos. Não é ficção literária.

Em 1984 (Camelot Editora), George Orwell concebeu um Estado que controlava a sociedade pela vigilância, pela manipulação da linguagem e pela fabricação de inimigos. Trump não criou um Ministério da Verdade, mas construiu um ecossistema político no qual fatos inconvenientes são denunciados como falsos, adversários são apresentados como inimigos internos e a lealdade ao presidente se sobrepõe ao respeito às instituições. O imigrante é responsabilizado pela criminalidade, pelo desemprego, pela deterioração das cidades e pelas deficiências dos serviços públicos. Produz-se, assim, uma falsa ameaça permanente, para justificar poderes excepcionais e impor o medo à sociedade, como como aconteceu com os judeus nas ascensão do fascismo na Itália e na Alemanha.

Segundo levantamento do Migration Policy Institute, 622 mil estrangeiros haviam sido deportados desde a posse de Trump até o fim de 2025, enquanto as detenções realizadas pelo Serviço de Imigração e Alfândega, o ICE, chegaram a cerca de 1.200 por dia. Parte expressiva dos detidos não possuía condenação criminal. Houve, também, cidadãos norte-americanos presos, separação de famílias, transferências para prisões estrangeiras e tentativas de restringir o direito de defesa. Quatro pessoas foram mortas à frente todos, duas das quais norte-americanas. A Suprema Corte precisou reafirmar que até os estrangeiros submetidos à Lei dos Inimigos Estrangeiros têm direito a ser notificados e a contestar sua expulsão.

Inimigos internos

A distopia americana de Donald Trump não é uma metáfora. O terror político gerado pelas deportações difunde a insegurança entre milhões. Famílias evitam hospitais, escolas, igrejas e repartições por medo de detenções. Trabalhadores deixam de denunciar abusos. Crianças regressam para casa sem saber se encontrarão os pais. Agentes mascarados podem deter as pessoas sem se identificar claramente e levá-lo para lugar desconhecido; para eles, já existe um regime de exceção.

Em *Fahrenheit 451* (Biblioteca Azul), de Ray Bradbury, os livros eram queimados porque preservavam a complexidade, estimulavam perguntas e impediam o pensamento uniforme. Trump não precisa organizar fogueiras em praças públicas. Mas manda retirar livros de bibliotecas, eliminar referências ao racismo, perseguir programas universitários e condicionar recursos federais à adesão ideológica. Trump revogou políticas de diversidade, equidade e inclusão e passou a considerar o combate ao racismo uma forma de discriminação contra os brancos.

Jamil Chade em *Tomara que você seja deportado: uma viagem pela distopia americana* demonstra o absurdo dessa operação ao percorrer o delta do Mississippi, região decisiva para a expansão econômica dos Estados Unidos e profundamente marcada pela escravidão. Em West Helena, no Arkansas, 35% dos cerca de oito mil habitantes vivem abaixo da linha da pobreza. No Mississippi, o estado mais pobre do país, 45% da população está abaixo da linha de pobreza ou integra os segmentos de baixa renda. A paisagem de casas abandonadas, lojas fechadas e serviços precários não corresponde à prosperidade prometida pelo movimento Maga (Make America Great Again). É o avesso do chamado sonho americano.

Uma família negra recebe anualmente cerca de US\$ 30 mil menos do que uma família branca. Há um desmonte da proteção social. A lei orçamentária, aprovada em 2025, reduz em mais de US\$ 1 trilhão os gastos federais previstos com saúde ao longo de uma década e 10 milhões de pessoas a mais ficarão sem seguro-saúde. Uma guerra cultural fomenta a distopia. Trump produz inimigos simbólicos: imigrantes, professores, universidades, ambientalistas, pessoas LGBTQIA+, movimentos negros e jornalistas são transformados em ameaças aos valores tradicionais. A fé também é instrumentalizada. Deus, pátria e governo estariam unidos num mesmo projeto. O dissidente político passa a ser tratado como inimigo da nação, da família e dos cristãos.

Ato de proteção à soberania

Especialista consultada pelo **Correio** destacou que a decisão do Itamaraty de negar os vistos diplomáticos aos funcionários do Departamento de Estado americano representa um exercício direto de soberania nacional e uma medida preventiva diante do cenário de polarização eleitoral. Priscila Caneparo, pós-doutora em direito internacional e professora da Universidade Federal do Paraná e da Washington & Lincoln University, disse que sob o aspecto estritamente técnico do direito internacional e da Convenção de Viena, o ato do governo brasileiro não viola protocolos ou normas.

A professora reiterou que o reconhecimento dessas autoridades para a missão. “A concessão do visto é um ato discricionário do Estado que depende do exercício da soberania. Nenhum Estado está obrigado a conceder o visto para um cidadão de outro Estado que requer, para seu ingresso, esse requisito da existência do



Nenhum Estado está obrigado a conceder o visto para um cidadão de outro Estado que requer para seu ingresso”

Priscila Caneparo, pós-doutora em direito internacional

visto”, explicou a professora.

O episódio ganhou traços de crise política porque a missão americana declarava a intenção de tratar sobre “liberdade de expressão e integridade eleitoral”, o que acendeu um alerta no governo pelo histórico de um dos alvos em intervir em diálogos sobre pleitos na América Latina, configurando uma tentativa de atuação ideológica em território nacional.

“A gente observa que, a partir do momento em que já se vem pressupondo que as eleições são fraudadas e que uma dessas pessoas a quem foi negado o visto tem histórico de intervenção em discursos a partir

justamente de eleições na América Latina, não existe contradição em relação à não concessão”, observou a professora. Para ela, a medida funciona como um alerta público de soberania pautado na igualdade jurídica, ressaltando que uma potência estrangeira não pode atuar de forma desmedida no país, visto que o Brasil possui exatamente o mesmo status de Estado soberano no plano internacional.

“Os Estados Unidos não podem ingressar no Brasil como bem entenderem ou na perspectiva de influenciar o resultado da eleição, porque o Brasil é tão Estado quanto eles e existe uma igualdade jurídica

Embaixada procura TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou ter sido procurado pela Embaixada dos Estados Unidos para tratar sobre a visita de integrantes do governo americano, mas não foi informado sobre o assunto. A reunião não chegou a ser agendada, segundo a assessoria, em razão do recesso do Judiciário. Porém, estão confirmadas as presenças de observadores estrangeiros nas eleições em outubro.

Já aceitaram participar representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), da União Europeia, do Parlasul, do Carter Center, da União e do RO-JAE-CPLP. Todos vão compor a

Missão de Observadores Eleitorais (MOEs). Foram convidados também, integrantes da União Africana e, da Liga Árabe também.

Em junho, o presidente do TSE, Kássio Nunes Marques, reuniu-se com 25 embaixadores, quando defendeu a regularidade, a credibilidade e a segurança das urnas. Na ocasião, foi explicado tecnicamente o funcionamento do sistema eletrônico de votação brasileiro.

No próximo dia 17, Kássio Nunes Marques novamente vai se reunir o corpo diplomático, inclusive representantes dos Estados Unidos foram convidados. A ideia é detalhar, mais uma vez, o funcionamento da urna eletrônica. (IMC)